



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: A INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS**

Alanny Nunes de Santana; Betânia Maria Oliveira de Amorim

*Universidade Federal de Campina Grande*

*alannysantana@hotmail.com*

### **RESUMO**

A inclusão no ambiente escolar de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA), bem como de alunos com outras necessidades especiais é assegurada constitucionalmente. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou realizar um levantamento bibliográfico acerca da importância da inclusão de alunos diagnosticados com TEA nas escolas, as novas propostas de adaptação pedagógica e as dificuldades encontradas nesse processo de inclusão. Para tanto foi realizada uma revisão da literatura consultando as bases de dados LILACS, SCIELO e BVS entre os anos de 2009 a 2014. Na coleta de dados foram utilizados os descritores “inclusão and autismo and escola” e “autismo and escola and psicologia”. Os resultados apontaram que a inclusão de pessoas com TEA na escola é imprescindível, pois o convívio escolar proporciona benefícios tanto para estas, que tem seu desenvolvimento cognitivo e motor aumentado, quanto para os demais alunos, pois estes aprendem a conviver com as diferenças. Contudo, evidenciou-se que os educadores apresentam dificuldades em lidar com este público, na medida em que estes demonstram dificuldades motoras, de linguagem e de relacionamento. Diante da literatura pertinente foi possível concluir que para a inclusão de alunos com TEA exige-se da escola materiais específicos, técnicas pedagógicas adaptadas, profissionais capacitados e especialmente psicólogos escolares. Além disso, percebeu-se que a realização de pesquisas e a publicação trabalhos a respeito do tema é importante para que alunos com necessidades especiais sejam beneficiados e a população informe-se e compreenda melhor o significado da inclusão escolar.

**Palavras chave:** autismo; escola; inclusão.



## INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente que tem por premissa promover o conhecimento e favorecer a produção de reflexões e diálogos. Assim, esta necessita ser um espaço inclusivo, no qual todos possam conviver e crescer em contato com as peculiaridades do outro. A Constituição brasileira do ano de 1988 garante, sob a forma de lei, o direito a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Desse modo, é assegurado o "*atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*" (Brasil, 1988).

Os indivíduos com transtornos do espectro autista (TEA), nesse sentido são considerados alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, o conceito do TEA não é de simples definição assim como os critérios utilizados para o diagnóstico da síndrome. A definição comumente utilizada é a do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; DSM-V (Associação Americana de Psiquiatria, 2013, apud Pimentel e Fernandes 2014), que classifica o autismo como um dos *Transtornos Globais do Desenvolvimento*, caracterizado pelo comprometimento em três áreas do desenvolvimento: a interação social, a comunicação e os comportamentos e atividades que são notadamente estereotipadas. É importante ressaltar que, atualmente, os autistas são denominados de alunos com transtornos do espectro autista – TEA.

Tendo em vista o comprometimento nas áreas do desenvolvimento, o indivíduo com transtornos do espectro autista por vezes não frequenta o ambiente escolar. Contudo, conforme Camargo e Bosa (2012), a inclusão escolar de crianças com TEA é uma alternativa que pode fornecer contatos sociais e viabilizar o desenvolvimento, tanto da criança com TEA quanto das outras crianças, na medida em que estas passam a aprender com as diferenças. Segundo Miccas, Vital e D'antino (2014), considera-se que frequentar o ambiente escolar pode influenciar positivamente a evolução escolar e funcional dos alunos com TEA



favorecendo seu desenvolvimento cognitivo e motor. Ainda conforme Camargo e Bosa (2012), para além das discussões sobre as limitações características da síndrome, torna-se necessária a consideração da importância do ambiente escolar no desenvolvimento de crianças com TEA.

Para Rodrigues, Moreira e Lerner (2012), os alunos com transtornos do espectro autista surgem como o extremo da dificuldade da inclusão, tendo em vista que a ausência da linguagem e o alheamento fazem com que o trabalho a ser realizado pelos professores ainda esteja distante do esperado e prescrito pedagogicamente. Observa-se uma série de limites para o desenvolvimento de um trabalho efetivo com os alunos com TEA, tais como: a dificuldade individual do aluno e dos professores e a ausência de material e direcionamentos adequados para o trabalho.

Tendo em vista a importância de se tratar a temática da inclusão na atualidade buscamos, a partir de uma revisão da literatura, compreender a importância da inclusão de alunos com TEA nas escolas, as novas propostas de adaptação pedagógica, bem como as dificuldades encontradas neste contexto.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, realizada a partir de uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizou-se como descritores os termos “inclusão and autismo and escola” e “autismo and escola and psicologia”. Foram considerados os seguintes critérios de refinamento: artigos publicados em português, exclusão de textos coincidentes, que não disponibilizassem o conteúdo completo e que não fizessem referência direta ao tema. Foram utilizados 9 artigos, publicados no período de 2009 a 2014, podendo-se evidenciar uma



escassez de artigos atuais referentes as condições envolvidas na escolarização de crianças diagnosticadas com TEA.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com as leituras e dados considerados importantes, foi verificado que o princípio da inclusão afirma a necessidade de ambientes que acolham a todos, independentemente das suas condições físicas, sociais ou intelectuais, o que vem demonstrar atualmente inúmeras tentativas de implantar uma educação inclusiva. No entanto, conforme Rodrigues; Moreira e Lerner (2012), surgiram duas posições extremistas ao conceber a colocação dos alunos com dificuldades especiais em classes comuns. Estas posições foram: a inclusão total - na qual as crianças com necessidades especiais são inseridas em classes regulares com alunos da mesma idade e a educação inclusiva- nesta há uma inserção nas classes comuns, sem excluir a necessidade da manutenção de serviços especiais que funcionem como um apoio para alunos com deficiências mais extensivas.

Desse modo, percebe-se que quanto a inclusão de alunos com necessidades especiais, existem posicionamentos distintos e dificuldades aparentes, como bem mostram pesquisas realizadas com professores que ensinam em classes com alunos portadores de necessidades especiais (Rodrigues; Moreira e Lerner 2012; Pimentel e Fernandes, 2014). Tais pesquisas demonstraram que professores encontram-se frustrados e desorientados, tendo em vista que os alunos com TEA não se adaptam a norma, logo, representam a impossibilidade da realização do trabalho previsto e o atraso do desenvolvimento dos outros alunos.

Neste enfoque, Pimentel e Fernandes (2014), afirmam que apesar do aumento no número de matrículas de crianças com deficiência na escola regular, o déficit de vagas ainda é muito grande, e as escolas não têm estrutura adequada para apoiar o desenvolvimento de alunos com TEA. Nesse sentido, segundo Rodrigues; Moreira e Lerner (2012), tem-se o



indivíduo com TEA como "aluno-problema" e não satisfatório, que apresenta necessidades especiais de tratamento que acabam reduzindo-se apenas a uma atenção maior para com os cuidados básicos.

Assim, verificou-se que o relacionamento da equipe escolar com esses alunos baseia-se na tentativa de construir um trabalho especificamente direcionado para as faltas que estes apresentam, funcionando como uma espécie de compensação. Contudo, conforme Bossa (2002 apud Gomes e Mendes, 2010), a falta de investimento na criança com autismo, baseada na crença de sua total incapacidade para se comunicar e interagir pode levar à intensificação dos déficits inerentes às desordens do espectro do autismo. Destarte, de acordo com Gomes e Mendes (2010), quando o sistema educacional consegue assegurar o acesso e a permanência dos alunos com autismo nas classes comuns de escolas regulares, tem-se como o próximo passo a necessidade de oferecer às escolas condições para que possam desenvolver ao máximo o potencial desses alunos.

Nesta perspectiva, segundo a pesquisa de Camargo e Bosa (2012), existem alguns comportamentos da criança com autismo que evidenciam a urgência da implementação de práticas pedagógicas que levem em conta as especificidades e dificuldades da criança. Conseqüentemente, segundo os autores é de fundamental relevância o conhecimento acerca das particularidades no desenvolvimento de crianças com transtornos do espectro autista, bem como o conhecimento do nível "evolutivo" da criança para que estratégias e ações pedagógicas respeitem e potencializem suas habilidades, garantindo a real inclusão das crianças com TEA (Camargo e Bosa 2012).

Rodrigues; Moreira e Lerner (2012) e Gomes e Mendes (2010), afirmam que é necessário um laudo técnico diagnóstico por parte de um profissional que não esteja inserido na escola, para que assim sejam justificadas as dificuldades de aprendizagem dos alunos e que se tenham parâmetros para as ações a serem realizadas dentro da escola. No entanto, o que infelizmente ainda pode ser verificado na prática é a falta de um diagnóstico diferencial mais preciso. Na ausência deste pode-se ter, entre outras conseqüências, o enquadramento dos



indivíduos com TEA na categoria de transtornos globais do desenvolvimento, o que na Política Nacional de Educação Especial de 1998 denominava-se de condutas típicas ou ainda na categoria de deficiência mental.

Cabe destacar que em 2014 foi instituído o Decreto 8.368 que regulamentou a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. No referido decreto são ressaltados os deveres do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade em assegurar o direito a pessoa com TEA à educação, em sistema educacional inclusivo que garanta, se comprovada necessidade, o apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, disponibilizando ainda acompanhante especializado no contexto escolar. Além disso, o Decreto 8.368/14 institui que se for negada a matrícula de indivíduos com TEA o órgão competente ouvirá o gestor escolar e decidirá pela aplicação de multa.

Tratando-se da efetiva inclusão e adaptação do aluno com TEA ao ambiente escolar pode-se afirmar, segundo Giaconi e Rodrigues (2014), que colocá-lo em condições de desadaptação é motivo de sofrimento, tendo em vista que suas características cognitivas, seus processos executivos de percepção, controle emocional, comunicação, compreensão, sua fragilidade emocional e relacional o distinguem dos outros.

Assim, a ida do aluno com TEA a escola acaba por necessitar ser precedida por ações específicas que visem sua adaptação, que normalmente tende a ser um processo progressivo. Conforme o estudo feito por Camargo e Bosa (2012), verifica-se que as atividades que exigem níveis altos de simbolização como os desenhos e contos infantis tendem a desencadear reações mais desadaptativas, logo, sugere-se que nestas situações sejam oferecidas atividades alternativas para as crianças, como os jogos de encaixe, que permitem maior envolvimento da criança com autismo com as outras crianças em aula.

Além disso, segundo Gomes e Nunes (2014), os indivíduos com transtornos do espectro autista apresentam prejuízos comunicativos típicos que podem ser minimizados pelo uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) em que os recursos substituem a fala,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

compensando os prejuízos na comunicação expressiva e receptiva. Corroborando com esta proposição a pesquisa realizada por Campelo et al (2009), em relação aos meios comunicativos, demonstrou que os alunos com TEA comunicam-se por meio gestual, em detrimento dos meios vocais e verbais. Assim, a Comunicação Alternativa e Ampliada pode ser de extrema utilidade, ao passo que envolve o uso de gestos manuais, símbolos gráficos, expressões faciais e corporais, voz digitalizada, entre outros meios facilitadores da comunicação.

Ainda no que se refere a linguagem do aluno com TEA Orrú (2010), afirma que a abordagem histórico-cultural de Vigotsky aponta para novas alternativas pedagógicas no que concerne à constituição da linguagem por meio das relações sociais privilegiadas no ambiente escolar, numa perspectiva inclusiva e otimista de seu desenvolvimento cognitivo, contrapondo-se a visão Skinneriana de educação.

Segundo Giaconi e Rodrigues (2014), a proposta de estruturação da escola que objetive promover a inclusão deve ser fundamentada em linhas-guia que visem fazer com que os alunos com TEA consigam situarem-se mais facilmente em um espaço e tempo previsíveis, possibilitando que estes tenham a consciência de onde se encontram, quais são as pessoas que estarão com eles e o que está para acontecer ou terá de ser feito. De acordo com os autores, os ambientes e materiais devem apresentar-se por si mesmos, de tal modo que facilitem a compreensão e a projeção do tempo, representado visualmente para que a criança/adolescente com autismo possa prever e entender o que está acontecendo, o que aconteceu e o que acontecerá.

Além disso, conforme Camargo e Bosa (2012), é preciso respeitar alguns momentos de "isolamento" da criança, pois esta necessita de "pausas" para se restabelecer frente a sobrecarga de estímulos e a demanda social que é maior no ambiente de sala de aula. Assim, antecipar ações e anunciar mudanças de rotina, atividades ou contextos pode ser útil para evitar a desorganização do comportamento. Ainda segundo Camargo e Bosa (2012), a ideia de um indivíduo totalmente ausente em um mundo apenas seu não se mantém, logo, é possível



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pensar que a inclusão escolar do com TEA é possível, desde que seja fundamentada no conhecimento sobre a síndrome, garantindo a clareza acerca do papel da escola e dos recursos necessários.

Destarte, percebe-se a necessidade de uma maior atenção governamental para a capacitação de profissionais que atuem no âmbito escolar, como professores, pedagogos e psicólogos, bem como uma atenção direcionada a capacitação dos mesmos, de modo que o aluno com TEA deixe de ser percebido como o problema da sala de aula e passe a ser notado apenas como um aluno com necessidades especiais. A ida do indivíduo com transtornos do espectro autista a escola deve então ser vista com naturalidade e vivida de forma não preconceituosa, sendo proveitosa tanto para o aluno com necessidades especiais quanto para a escola e a sociedade.

## CONCLUSÕES

A temática abordada mostra-se relevante tendo em vista que a síndrome do autismo proporciona dificuldades de aprendizagem e exige impreterivelmente adaptações tanto pedagógicas quanto sócio-culturais na escola. Diante da literatura pertinente é possível perceber que a inclusão de pessoas com TEA no ambiente escolar é de suma importância, tendo em vista que este procedimento proporciona benefícios tanto para os mesmos, que tem seu desenvolvimento cognitivo e motor aumentado, quanto para os demais alunos, pois estes aprendem a conviver melhor com as diferenças.

No entanto, são notáveis os entraves identificados na inclusão, na medida em que estes alunos apresentam dificuldades motoras, de linguagem, de relacionamento, entre outras. Desse modo, exige-se da escola materiais específicos e profissionais capacitados, que tenham recebido formação e orientação suficientes para trabalhar com esse público. Nesse sentido é imprescindível a implantação de novas propostas de adaptação pedagógica para alunos com





# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

transtornos do espectro autista com o auxílio de psicólogos escolares, bem como a quebra de diversos mitos que envolvem a educabilidade desses indivíduos.

Ressalta-se a necessidade de novas pesquisas nos campos da pedagogia e da psicologia, que apontem para novas possibilidades no ensino, assim como para a ressignificação de construções sociais acerca do portador de transtornos do espectro autista como indivíduo sem capacidades. Evidenciou-se então que a realização de pesquisas e a publicação de trabalhos a respeito do assunto é essencial para que alunos com necessidades especiais possam ser beneficiados e a população disponha de informações para compreender melhor o significado da inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014. Regulamenta a lei 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2014.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 28, n. 3, Sept. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000300007>.

CAMPELO, Lílian Dantas et al . Autismo: um estudo de habilidades comunicativas em crianças. **Rev. CEFAC**, São Paulo , v. 11, n. 4, Dec. 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-)



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

18462009000800008&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Oct. 2014.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-18462009000800008>.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 16, n. 3, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382010000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300005&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Sept. 2014.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000300005>.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 39, n. 3, Sept. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362014000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300004&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 Oct. 2014.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300004>.

GOMES, Rosana Carvalho; NUNES, Débora R. P. Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 143-161, jan./mar. 2014. Acesso em 01/10/2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022014000100010&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000100010&lang=pt).

MICCAS, Camila; VITAL, Andréa Aparecida Francisco; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Avaliação de funcionalidade em atividades e participação de alunos com transtornos do espectro do autismo. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 31, n. 94, 2014 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862014000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2014.

ORRU, Sílvia, Ester. Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas. **Rev Hum Med**, Ciudad de Camaguey, v. 10, n. 3, dic. 2010 . Disponible en



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<[http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1727-81202010000300002&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-81202010000300002&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 02 oct. 2014.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol., Commun. Res.**, São Paulo , v. 19, n. 2, June 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-64312014000200171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-64312014000200171&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Oct. 2014. Epub Apr 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S2317->

RODRIGUES, Isabel de Barros; MOREIRA, Luiz Eduardo de V.; LERNER, Rogério. Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar1. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 14, n. 1, abr. 2012 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872012000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 30 set. 2014.